

Demonstrações Contábeis

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Administradores da
Acqio Adquirência Instituição de Pagamentos S.A.
São Paulo - SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better
working world

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP015199/O

Henrique Maduro Furtado
Contador CRC SP-291892/O

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	2022
Ativo Circulante		232.966
Caixa e equivalentes de caixa		4.499
Disponibilidades	3	2.712
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	1.786
Instrumentos financeiros		223.919
Transações a receber dos emissores	5	223.919
Outros créditos		4.548
Rendas a Receber		17
Imposto de renda a recuperar		898
Despesa Antecipada	6	412
Outros ativos diversos	6	3.221
Não circulante		155.162
Realizável a longo prazo		
Outros créditos		153.749
Despesa Antecipada	6	2.067
Outros ativos diversos	4	151.682
Imobilizado		14
Intangível	7	1.880
(-) Depreciação e amortização Acumulada		(481)
Total do ativo		388.128

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>
Passivo Circulante		<u>53.362</u>
Instrumentos financeiros		<u>53.362</u>
Obrigações por empréstimos	8	681
Contas a pagar a estabelecimentos	9	45.695
Outros passivos diversos	10	6.986
Passivo não circulante		<u>329.346</u>
Instrumentos financeiros		<u>329.346</u>
Obrigações por empréstimos	8	1.055
Obrigações com cotistas seniores	11	328.291
Patrimônio líquido		<u>5.420</u>
Capital Social	12	21.929
Prejuízos acumulados		(16.509)
Total do Passivo		<u><u>388.128</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, expresso em reais)

	Notas	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022
Receitas operacionais		20.484	48.210
Receita líquida de serviços de transações de pagamento	13	5.849	11.441
Receita líquida por antecipação de Obrig. de Transações pagamento	13	14.635	36.769
Outras receitas (despesas) operacionais		(29.656)	(54.423)
Custo dos serviços prestados	14	(4.947)	(9.084)
Despesas de pessoal	15	(1.009)	(2.039)
Despesas administrativas	16	(2.828)	(4.661)
Depreciação e amortização		(161)	(316)
Outras receitas operacionais	17	3.775	4.648
Outras Despesas operacionais	18	(24.486)	(42.971)
Resultado Operacional		(9.172)	(6.213)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.172)	(6.213)
Imposto de renda e contribuição social		819	-
Prejuízo do exercício		(8.353)	(6.213)
Quantidade de ações	12	21.929.153	21.929.153
Prejuízo por ação (básico e diluído)		(0,38)	(0,28)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022
Prejuízo do exercício	(8.353)	(6.213)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(8.353)</u>	<u>(6.213)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2022		21.929	2.140	13.773
Prejuízo do Semestre			(8.353)	(8.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		21.929	(6.213)	5.420
Saldos em 31 de dezembro de 2021		21.929	(10.296)	11.633
Prejuízo do exercício		-	(6.213)	(6.213)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		21.929	(16.509)	5.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022
Atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.172)	(6.213)
Juros e variações monetárias, líquidas	18	1
Juros sobre empréstimo	175	307
Depreciação e amortização	161	348
	<u>(8.818)</u>	<u>(5.557)</u>
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Transações a receber dos emissores	120.497	(90.239)
Títulos e valores mobiliários	(91.147)	(94.917)
Imposto de renda a recuperar	-	(819)
Outros créditos	857	(4.847)
Outros ativos diversos	(54)	(111)
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Contas a pagar a subadquirentes	(26.053)	33.784
Outros passivos diversos	3.496	4.941
Obrigações com cotistas seniores	6.029	156.898
Captação de empréstimos	-	2.041
Pagamento de principal dos empréstimos	(340)	(454)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>4.467</u>	<u>720</u>
Juros pagos	<u>(120)</u>	<u>(159)</u>
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>4.347</u>	<u>561</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(192)	(572)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(192)</u>	<u>(572)</u>
Acréscimo (decréscimo) do caixa e equivalentes de caixa	<u>4.155</u>	<u>(11)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	344	4.510
No fim do exercício	<u>4.499</u>	<u>4.499</u>
Acréscimo (decréscimo) do caixa e equivalentes de caixa	<u>4.155</u>	<u>(11)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Acqio IP”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e constituída em 19 de março de 2019. A Companhia tem como objeto social (i) a exploração da atividade de instituição de pagamento credenciadora que, nos termos da Lei nº 12.865/2013 e da Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021, consiste em (a) habilitar recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento e (b) participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras do arranjo de pagamento; (ii) administração dos pagamentos e recebimentos à rede de credenciados, mediante captura, transmissão, processamento de dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios eletrônicos de pagamento; (iii) prestação de serviços de tecnologia na área de meios eletrônicos de pagamento; e (iv) aquisição de direitos creditórios.

Em 11 de agosto de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram a alteração da denominação social da Companhia de Acqio Adquirência S.A. para Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN. A apresentação dessas demonstrações contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”)

Em 1º janeiro de 2021 entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis pelas instituições de pagamento. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas. requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações contábeis.

2.2 Base de elaboração

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros, determinação da vida útil dos ativos permanentes, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para perdas para contingências.

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Em 08 de dezembro de 2022, a Companhia obteve seu deferimento de autorização junto ao Banco Central a funcionar como Instituição de pagamento, na modalidade credenciador nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2021. Desta forma, a Companhia optou pela faculdade prevista no art.42, parágrafo 5º, da Resolução BACEN nº 2/2020 de não apresentar as informações comparativas nestas demonstrações contábeis, por se tratar da primeira demonstração do semestre e exercício findos em 31 de dezembro, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Em 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução BACEN nº120 que estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.2 Base de elaboração--Continuação

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da administração em 11 de maio de 2023.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e sua controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e serviços.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos serviços e mercadorias oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, retornos e subsídios, descontos comerciais e descontos por volume.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estão atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de aquisição (captura de transações)

A receita de serviços é reconhecida com base no controle mensal dos serviços prestados aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é medida com base no *Total Payment Value* (TPV) por estabelecimento comercial. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são reconhecidas ao resultado no momento da aprovação da compra pela instituição financeira. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de antecipação

A receita de antecipação é reconhecida com base no controle mensal das antecipações executadas aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é auferida conforme taxa de deságio negociada e aplicada junto aos estabelecimentos comerciais. A receita é decorrente da solicitação dos estabelecimentos comerciais de antecipação de pagamento do seu saldo a receber junto a companhia de acordo com as transações capturadas que, por sua vez, possuem prazos prefixados.

Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e sua controlada e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

2.4. Tributação

Impostos sobre vendas e prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquota
<i>Receitas de antecipação de recebíveis e demais receitas financeiras</i>	
Programa de integração social (PIS)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%
<i>Demais receitas operacionais</i>	
Programa de integração social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre serviço (ISS)	2,00%

As receitas estão apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os quais são contabilizados pelo regime de competência, estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, sobre os lucros tributáveis apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, tendo por base o regime do "lucro real".

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem. Os principais ativos financeiros com essa classificação são o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor de mercado. O valor de mercado, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor de mercado possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos mantidos até o vencimento--Continuação

Os instrumentos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os instrumentos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável ("imparidade") de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando do vencimento dos direitos contratuais aos fluxos de caixa decorrentes de sua posse. Os passivos financeiros são baixados quando do vencimento ou cancelamento de suas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não detinha títulos mantidos até o vencimento.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os principais empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as Transações a receber dos emissores.

(ii) Impairment de ativos financeiros

A administração avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Impairment de ativos financeiros--Continuação

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a administração pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O principal passivo com essa classificação são os fornecedores e empréstimos.

(iv) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia e sua controlada referem-se, substancialmente, a recursos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata.

2.7. Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia. Os ativos e passivos são convertidos (quando existentes em moeda diversa) para o Real.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Resultado por ação (básico e diluído)

O cálculo do lucro por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias, conforme CPC 41 - Resultado por Ação. Os resultados por ação, básico e diluído, são iguais, pois no período não houve instrumentos diluidores, tais como opções, contratos a serem liquidados em ações e outras ações diluidoras. O resultado por ação foi calculado dividindo-se o prejuízo (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador).

2.12. Novos pronunciamentos contábeis

Não há normas ou interpretações que entraram em vigor em 2022 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Nova norma que entrará em vigor

A Resolução BCB nº 219/2022 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros (ativos e passivos financeiros), bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*. A referida Resolução substitui, entre outras normas, a Resolução CMN nº 2.682/1999, a Circular BACEN nº 3.068/2001 e a Circular BACEN nº 3.833/2017.

A Resolução estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e em uma das três categorias:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA; e
- Valor justo por meio do resultado - VJR.

Com relação à perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, a Resolução BCB nº 219/2022 estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada a partir do reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

O BACEN emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem o teste de “somente pagamento do principal e juros” (SPPJ) para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa efetiva de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos das perdas estimadas associadas ao risco de crédito, prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Resolução BCB nº 219/2022 será aplicada de maneira prospectiva tendo a sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia deixou à disposição do BACEN o plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução devidamente aprovado pela Diretoria.

O Companhia elaborou o referido plano de implementação e não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis e nem nos sistemas e processos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>
Caixa e depósitos bancários	
Em moeda nacional	2.621
Em moeda estrangeira	92
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	<u>1.786</u>
	<u><u>4.499</u></u>

- (a) Referem-se a operações compromissadas, lastreadas em letras financeiras do tesouro que possuem liquidez imediata e rentabilidade de aproximadamente 0,32% a.m.

4. Títulos e valores mobiliários

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>2022</u>
Tesouro Selic – LFT	Cota do tesouro nacional	2.192
Cotas de fundos de investimento (a)	Fundo de investimento	<u>149.490</u>
		<u><u>151.682</u></u>

- (a) Referem-se a cotas de fundos de investimentos e aplicações em letras financeiras do tesouro, adquiridas pelo FIDC Acqio 1.5 e Acqio 2.1, e possuem rendimento atrelado ao CDI.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Transações a receber dos emissores

	<u>2022</u>
Transações a receber dos emissores	<u>223.919</u>
	<u>223.919</u>

A abertura pelos principais credores é a seguinte:

	<u>2022</u>
MasterCard	116.753
Elo	15.437
Visa	91.425
Amex	304
	<u>223.919</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por vencimento:

	<u>2022</u>
A vencer	
Entre 1 e 30 dias	120.111
Entre 31 e 60 dias	14.291
Entre 61 e 90 dias	8.472
Acima de 90 dias	81.045
	<u>223.919</u>

Ajuste a valor presente

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração concluiu que não possui nenhuma operação de transações a receber dos emissores de clientes que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outros créditos

	<u>2022</u>
Garantia MasterCard (a)	546
Garantia Amex (a)	19
Valores a Receber de sociedades ligadas	2.329
Despesa Antecipada	2.479
Outros	327
	<u>5.700</u>
Circulante	3.633
Não circulante	2.067

(a) Referem-se a depósitos para garantir as obrigações da Companhia perante as bandeiras MasterCard e Amex.

7. Intangível

Descrição	Taxas de amortização (% a.a.)	2022		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangível em uso				
Direito a uso de software	20%	1.880	(473)	1.407
		<u>1.880</u>	<u>(473)</u>	<u>1.407</u>

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	Saldo em 2021	Movimentação		Saldo em 2022
		Adições	Amortização	
Intangível em uso				
Direito a uso de software	1.180	572	(345)	1.407
	<u>1.180</u>	<u>572</u>	<u>(345)</u>	<u>1.407</u>

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos

	<u>2022</u>
Banco Itaú	1.736
	<u>1.736</u>
Circulante	681
Não circulante	1.055

A movimentação do empréstimo é a seguinte:

	<u>2022</u>
Saldo inicial	-
Captação de recurso do empréstimo Itaú	2.042
Juros Incorridos Itaú	307
Pagamento do principal do empréstimo Itaú	(454)
Pagamento de Juros Itaú	(159)
Saldo final	<u>1.736</u>

9. Contas a pagar a subadquirentes

	<u>2022</u>
Contas a pagar a subadquirentes	
Partes relacionadas – Esfera 5	42.189
Outros	3.506
	<u>45.695</u>

Ajuste a valor presente

Em 31 de dezembro de 2022, a administração concluiu que não possui nenhuma operação de contas a pagar a fornecedores que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outros passivos diversos

A Companhia possui os seguintes saldos:

	<u>2022</u>
Obrigações sociais	329
Impostos e contribuições a recolher	485
Valores a Pagar de sociedades ligadas – Mútuo (b)	4.487
Valores a Pagar de sociedades ligadas (a)	122
Fornecedores	1.448
Outros	115
	<u>6.986</u>

- (a) Refere-se a contrato de serviços compartilhados (repasso de despesa com pessoal) firmado entre a Companhia e a parte relacionada Esfera 5 e Acqio Holding Participações
- (b) Refere-se ao contrato de mútuo com a Acqio Holding Participações;

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

A administração da Companhia é realizada pela diretoria da controladora Acqio Holding Participações S.A., sem repasse dos custos relacionados. A Companhia não concede aos seus administradores remuneração baseada em ações, benefícios pós emprego ou benefícios de rescisão contratual, além dos previstos na legislação brasileira.

11. Obrigações com cotistas seniores

	<u>2022</u>
Obrigações a pagar a cotistas seniores	328.291
	<u>328.291</u>

Refere-se às obrigações de longo prazo mantidas junto aos cotistas seniores, referentes aos rendimentos de longo prazo aos cotistas por meio do investimento dos recursos do FIDC Acqio 1.5 e FIDC Acqio 2.1 na aquisição de direitos creditórios elegíveis.

Os FIDCs Acqio 1.5 e Acqio 2.1 tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo preponderantemente na aquisição de direitos creditórios originados no contexto da realização de operações de pagamento no “Sistema Acqio”. Em caráter complementar, a valorização das cotas será buscada mediante a aplicação em ativos financeiros conforme definido no regulamento do fundo. Em 2022 o rendimento das cotas sênior foi 14,61%.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$ 21.929, totalmente subscrito e integralizado e representado por 21.929.153 ações ordinárias, com direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	<u>2022</u>
Acqio Holding Financeira Ltda.	21.929.152
Acqio Holding Participações S.A.	<u>1</u>
	<u>21.929.153</u>

b) Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação:

- i. A parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social;
- ii. A parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório; e
- iii. O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação determinada pela assembleia de acionistas.

13. Receitas

	<u>2022</u>
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	11.441
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	12.892
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	(1.451)
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	36.769
Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	38.573
Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	(1.803)
	<u>48.210</u>

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos dos serviços prestados

	<u>2022</u>
Processamento de Dados	<u>(9.084)</u>
	<u>(9.084)</u>

15. Despesas de pessoal

	<u>2022</u>
Salários e proventos	(1.336)
Encargos Sociais	(497)
Benefícios	(207)
	<u>(2.039)</u>

16. Despesas administrativas

	<u>2022</u>
Serviços Prestados por Pessoa Jurídica	(2.912)
Mensalidade de Software	(17)
Viagens	(2)
Serviços Compartilhados	(754)
Associação ABECs	(571)
Provisão para perda ao valor recuperável	(390)
Outras Despesas	(15)
	<u>(4.661)</u>

17. Outras receitas operacionais

	<u>2022</u>
Rendimento sobre Investimento	1.189
Variação cambial ativa	208
Serviços Compartilhados	3.234
Outras	17
	<u>4.648</u>

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Outras despesas operacionais

	<u>2022</u>
Encargos de antecipação de direitos creditórios	(38.400)
Variação Cambial passiva	(189)
Juros Passivos	(397)
Tarifas e taxas bancárias	(802)
Serviços Compartilhados	(3.090)
Outras	(93)
	<u>(42.971)</u>

19. Transações com partes relacionadas

	<u>2022</u>
Passivo circulante	
Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. (a)	42.189
Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. – Mútuo (b)	2.329
	<u>44.518</u>
Passivo não circulante	
Acqio Holding S.A. (c)	4.487
	<u>4.487</u>

- (a) Refere-se a saldo a pagar à parte relacionada Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. pelas operações de aquisição;
- (b) Refere-se a recálculo de taxas aplicadas referente aos meses de Novembro e Dezembro sobre o custo das operações/transações pela Esfera 5. Valor liquidado em Janeiro de 2023;
- (c) Refere-se a contratos de mútuos firmados entre a Companhia e a sua controladora, sobre o qual incorre correção calculada com base na variação positiva do CDI e com prazo de vencimento em 2023.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante órgãos governamentais. A avaliação da probabilidade de perda das ações inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências de acordo com a avaliação da probabilidade de perda dos respectivos processos.

A Companhia possui um total estimado de R\$ 290 em processos cíveis com expectativa de perda possível.

21. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 12.326. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não constituiu tributo diferido ativo sobre o saldo.

22. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, transações a receber dos emissores, fornecedores e empréstimos. Em 31 de dezembro de 2022, não havia diferença entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia não realiza operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos, partes relacionadas, fornecedores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

A administração supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos, empréstimos com partes relacionadas, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras).

O índice de endividamento consolidado no fim do exercício é o seguinte:

	<u>2022</u>
Empréstimos (Nota 9)	189.775
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(4.494)
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	<u>(11.208)</u>
Dívida líquida (a)	<u>174.073</u>
Total do patrimônio líquido	<u>5.420</u>
Total do capital (b)	<u>179.493</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	<u>97%</u>

A Companhia gerencia seu capital social levando em consideração os níveis necessários para assegurar a continuidade das operações, em linha as regras emanadas pelo BACEN a Companhia efetuou um aumento de capital no exercício de 2021 e ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de modo a assegurar enquadramento em linha a Circular 3.681/2013.

De acordo com o previsto nesta Circular, Instituições de Pagamento ("IPs") devem ter patrimônio líquido no mínimo igual a 2% da média mensal das transações de pagamento processadas ao longo dos últimos 12 meses.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Gestão de risco de capital--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atende ao capital mínimo regulatório exigido.

Em 13 de março de 2022 o BACEN publicou a Resolução 198/2022, na qual altera o disposto pela Circular 3.681/2013 no que tange ao capital prudencial, a regra entrará em vigor em 1º de julho de 2023 de acordo com a Resolução BACEN 258/2022 publicada em 18 de novembro de 2022. A Companhia está avaliando os impactos da nova legislação com vistas a sempre garantir o enquadramento prospectivo nas disposições da nova regulação.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

Risco de fraude

A Companhia utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

* * *